



Regulamento da Casa Acessível

APROVADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EM 26 DE SETEMBRO DE 2007
APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA EM 18 DE ABRIL DE 2008

NOTA JUSTIFICATIVA	4
CAPÍTULO I	5
DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Artigo 1.º	5
(Norma Justificativa)	5
Artigo 2.º	5
(Objecto)	5
Artigo 3.º	5
(Destinatários)	5
Artigo 4.º	6
(Âmbito de Aplicação)	6
CAPÍTULO II	7
DO PROCEDIMENTO	7
Artigo 5.º	7
(Gestão do Programa)	7
Artigo 6.º	7
(Condições de Candidatura e Procedimentos)	7
Artigo 7.º	9
(Meios Afectos ao Programa)	9
CAPÍTULO III	9
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	9
Artigo 8.º	9
(Casos Especiais)	9





Artigo 9º	10
(Entrada em Vigor)	10

ANEXO I – MODELOS DE CANDIDATURA



Gabinete de Auditoria e Qualidade

Revisão de 01/09/26
Doc.º Agendado com o
Nº 12

3

5

NOTA JUSTIFICATIVA

As pessoas com Necessidades Especiais, designadamente, os portadores de deficiências físicas, visuais, auditivas ou mentais, são os que no seu meio mais poderão sentir, o poder da inclusão ou exclusão, se o mesmo não reunir as condições necessárias/indispensáveis à sua mobilidade.

Com o presente programa pretende a autarquia intensificar os esforços para eliminação das barreiras arquitectónicas e promover a acessibilidade dos munícipes com mobilidade condicionada, tornando mais fáceis as tarefas do quotidiano por forma a melhorar a qualidade de vida, a sua autonomia e a sua independência.

Uma vez já legalmente regulada a adopção de normas técnicas básicas de eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, através do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, afigura-se, por demais imperativo zelar pela mobilidade dos munícipes com mobilidade condicionada, para a realização das obras necessárias nas suas residências e no acesso à via pública

O artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa, prevê as competências do Estado para a adaptação de políticas de apoio aos cidadãos portadores de deficiência, à qual se deve aliar a participação activa das autarquias, prevista no n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, no âmbito das atribuições que lhe são cometidas no domínio da acção social promovendo-se assim, uma responsabilidade partilhada no desenvolvimento de medidas de apoio aos munícipes com necessidades especiais.

Pretende-se, pois, com o presente Regulamento, estabelecer as normas gerais de funcionamento do programa "Casa Acessível", definindo as condições de acesso ao mesmo, optimizando os recursos a disponibilizar, de forma a garantir um acesso simplificado pelos munícipes com mobilidade condicionada, aos apoios técnicos e financeiros com o objectivo de realizar obras de adaptação nas suas residências, adaptando também os acessos até à via pública.

Sobre o presente Regulamento foram ouvidas a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos (APADP), Associação Portuguesa de Deficientes (APD), Centro de Educação para o Cidadão Deficiente (CECD), Liga Portuguesa de Deficientes Motores (LPDM), Centro de Educação e Reabilitação de Deficientes de Todo o País (CERCITOP), Luz Mater Associação, nos termos do artigo 117.º do Código de Procedimento Administrativo, sendo o mesmo em seguida submetido, nos termos do disposto no artigo 118.º do mesmo diploma, a apreciação pública pelo prazo de trinta dias.

Assim, ao abrigo do disposto nos 112.º n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e da alínea h) do artigo 13.º e do n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, foram as seguintes normas enviadas à Câmara Municipal que as aprovou em / / , e submetidas à Assembleia Municipal em / / , constituindo, assim, o Regulamento Municipal do Programa Casa Acessível.



Gabinete de Auditoria e Qualidade

Reunião de	07/09/20
Doc.º Agendário com o	
N.º	12

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

(Norma Justificativa)

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

Artigo 2.º

(Objecto)

O presente Regulamento estabelece as normas de acesso e de utilização do programa Casa Acessível, que visa a prestação de apoio técnico e financeiro para a eliminação de barreiras arquitectónicas e para realização de obras e instalação de equipamentos nas residências de munícipes com actividade/mobilidade condicionada, adaptando-se sempre que possível os acessos até à via pública.

Artigo 3.º

(Destinatários)

- 1- O presente Regulamento aplica-se a todos os munícipes com actividade limitada residentes no Concelho de Sintra.
- 2- Para efeitos do presente Regulamento, designam-se pessoas com actividade limitada as pessoas de todas as idades, que se encontrem impossibilitadas de executar sem ajuda, actividades humanas básicas ou tarefas resultantes da sua condição de saúde





ou deficiência física/mental/cognitiva/psicológica, de natureza permanente ou temporária, designadamente:

- a) Utilizadores de cadeiras de rodas ou pessoas com grave dificuldade de locomoção;
 - b) Portadores de deficiência grave visual e/ou auditiva;
 - c) Portadores de deficiência cognitiva grave;
 - d) Pessoas cuja actividade se encontre severamente condicionada em virtude de doença incapacitante.
- 3- A capacidade funcional é alvo de avaliação pela equipa do programa Casa Acessível tendo em conta as condições de saúde, as actividades e os diversos factores contextuais.

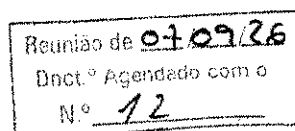
Artigo 4.º

(Âmbito de Aplicação)

- 1- Os munícipes com actividade condicionada ou os seus representantes legais, podem solicitar a anulação das barreiras arquitectónicas existentes no acesso e/ou no interior da sua residência ao abrigo do presente programa, designadamente:
- a) Construção de rampas e rectificação de lancis;
 - b) Colocação de dispositivos mecânicos de elevação (ascensores, plataformas elevatórias ou outro equipamento adequado);
 - c) Rectificação de botões de campainhas e de trincos com diferenciação táctil, seja em relevo, braille ou outra, com dispositivo luminoso;
 - d) Colocação de botões de comando e de chamada com diferenciação táctil, seja em relevo, braille ou outra, com dispositivo luminoso;
 - e) Colocação de corrimãos e de barras;
 - f) Rectificação de pavimentos, com revestimentos que proporcione uma boa aderência;
 - g) Rectificação de vãos e portas;
 - h) Instalação de detectores volumétricos;
 - i) Rectificação de tomadas, interruptores de electricidade e torneiras;
 - j) Rectificações nas instalações sanitárias, e colocação de equipamento sanitário;
 - k) Outras intervenções.
- 2- Para efeitos de execução das intervenções previstas no número anterior são tidas em conta, com as devidas adaptações, as normas técnicas previstas no Decreto Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada aos edifícios públicos, via pública e edifícios habitacionais.



Gabinete de Auditoria e Qualidade



6

8



- 3- São também aplicáveis, para efeito das intervenções previstas no n.º 1 do presente artigo, o Novo Regime do Arrendamento Urbano em vigor, o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação em vigor e o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Sintra em vigor.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO

Artigo 5º

(Gestão do Programa)

A gestão e coordenação do programa objecto do presente Regulamento é feita pela Câmara Municipal de Sintra através da Divisão de Saúde e Acção Social.

Artigo 6º

(Condições de Candidatura e Procedimentos)

- 1- Os requerentes, podem proceder à Candidatura ao Programa mediante o preenchimento dos impressos/modelos em anexo ao presente Regulamento, disponibilizados no site da Câmara Municipal de Sintra ou nos locais de atendimento, nomeadamente Delegações do Gabinete de Apoio ao Município, Secretaria da Divisão de Saúde e Assuntos Sociais, ou ainda nas Juntas de Freguesia.
- 2- Depois de devidamente preenchidos, os devidos impressos/modelos e junta a demais documentação solicitada, devem os mesmos ser entregues nos locais previstos no número anterior.
- 3- Para além dos impressos/modelos anexos ao presente regulamento, devem instruir a Candidatura os seguintes documentos, sem prejuízo dos que vêm expressos em legislação aplicável:
 - a) Cópia do documento de identificação do requerente;
 - b) Cópia do cartão de contribuinte do requerente;



Gabinete de Auditoria e Qualidade

Reunião de	07/09/26
Doc.º Agendado com o	
N.º	12

7

9

- c) Declaração médica comprovativa do tipo e grau de incapacidade;
 - d) Documento ou fotocópia autenticada comprovativo da qualidade de representante legal da pessoa com actividade limitada, quando aplicável;
 - e) Cópia dos últimos três recibos de vencimento ou pensão, quando aplicável;
 - f) Cópia da última declaração de IRS ou declaração emitida pela Repartição de Finanças respectiva;
 - g) Comprovativo de titularidade – certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitidas pela conservatória do registo predial ou sua fotocópia autenticada, referente ao prédio abrangido;
 - h) Cópia do contrato de arrendamento e dos três últimos recibos de renda ou pagamento da amortização para aquisição de habitação própria, quando aplicável;
 - i) Fotocópia autenticada da acta da assembleia de condóminos com a anuência para a realização das obras, quando aplicável;
 - j) Planta de localização do edifício;
 - k) Planta da fracção;
 - l) Fotografias a cores de ângulos opostos que permitam a caracterização da intervenção a executar.
- 4- A Divisão de Saúde e Acção Social, notifica posteriormente o candidato, para informar sobre o andamento do processo bem como do dia e hora da deslocação, dos elementos da equipa técnica para avaliação do solicitado.
 - 5- Após a visita domiciliária, é elaborado o parecer da equipa de avaliação no prazo de 30 dias úteis (Técnico de Serviço Social, Arquitecto, Engenheiro, Jurista e Fisioterapeuta), decidindo-se pela natureza da intervenção e dos apoios a conceder.
 - 6- Cada candidatura é alvo de uma avaliação sócio-económica paralela do agregado familiar com base no rendimento anual per capita, definindo-se a taxa de comparticipação avaliada em conformidade com a seguinte fórmula:

$$\text{Rendimento per capita} = \frac{\text{Rendimento anual} - \text{montante da amortização para aquisição de habitação ou renda de casa}}{\text{n.º de elementos do agregado}}$$

- 7- É definido como limite máximo de comparticipação para cada intervenção o valor de:
 - a) 3.740,98 € para obras de construção civil;
 - b) 7.481,97 € no caso de equipamentos/ajudas técnicas;

Tabela de comparticipação

ESCALÃO	CAPITAÇÃO MENSAL	COMPARTICIPAÇÃO DA CMS
1º	Até 50%do SMN*	80%
2º	Entre 50% e o valor do SMN*	60%
3º	A partir do valor do SMN*	30%

*Salário Mínimo Nacional



Gabinete de Auditoria e Qualidade

Reunião de	07/09/26
Doc.º Agendado com o	
N.º	12



Artigo 7.º

(Meios Afectos ao Programa)

- 1- A Câmara Municipal de Sintra tem inscritas no seu orçamento anual, as rubricas específicas de receita e despesa do Programa Casa Acessível, tendo em conta que as famílias devem compartilhar parte do esforço financeiro da intervenção. Podem também ser encontradas outras formas de ajudas financeiras ao abrigo de programas governamentais, comunitários ou ao abrigo do mecenato.
- 2- Os meios humanos afectos ao programa, podem ser:
 - a) Um Técnico Superior de Serviço Social;
 - b) Um Arquitecto;
 - c) Um Engenheiro Civil;
 - d) Um Engenheiro Electrotécnico;
 - e) Um Fisioterapeuta;
 - f) Um Jurista;
 - g) Um Pedreiro;
 - h) Um Canalizador;
 - i) Um Electricista.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 8º

(Casos Especiais)

Todas as situações que constituam excepção ou lacuna ao presente Regulamento serão objecto de despacho do Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal ou de quem detenha competências delegadas, mediante parecer prévio da Divisão de Saúde e Acção Social.



Gabinete de Auditoria e Qualidade

Reunião de	07.09/26
Doc.º Agendado com o	
N.º	12



Artigo 9º

(Entrada em Vigor)

O presente Regulamento entra em vigor no prazo de 15 (quinze) dias após a sua publicação nos termos legais.

Aprovado em sessão de Assembleia Municipal de ____/____/____.



Gabinete de Auditoria e Qualidade

Reunião de <u>07/09/26</u>
Doc.º Agendado com o
N.º <u>12</u>

10

12

MOD. I

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(1) _____
natural de _____, portador (a) do B.I. n.º _____
de ____ / ____ / ____ do Arquivo de _____, contribuinte n.º _____
residente _____
_____, telefone _____ na qualidade de (2) _____
do edifício sito (3) _____
_____ com o n.º de matriz (4) _____

vem requerer no âmbito do **PROGRAMA CASA ACESSÍVEL**, aprovado em Sessão da Assembleia Municipal ____ de ____ de 2006, a inscrição para candidatura ao apoio técnico/financeiro e a emissão de relatório técnico para a execução das obras em superfícies exteriores e interiores a realizar no prédio/fracção acima referido, juntando para o efeito, os seguintes documentos:

PROCESSO N.º _____

- ☐ MOD. I Requerimento à Câmara Municipal de Sintra
- ☐ MOD. II Ficha de caracterização do agregado familiar (5)
- ☐ MOD. III Ficha de caracterização do historial clínico e mobilidade (5)
- ☐ MOD. IV Ficha de identificação caracterização do edifício e fracção / intervenção solicitada (5)
- ☐ MOD. V Declaração de autorização (do proprietário / senhorio, do administrador do condomínio e do inquilino) (5)
- ☐ MOD. VI Folha de obra / Orçamento (6) e Calendarização de obra (7)
- ☐ MOD. VII Comunicação da Câmara da avaliação do pedido (8)
- ☐ MOD. VIII Declaração da Câmara do final da obra (9)
- ☐ CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
- ☐ CÓPIA DO CARTÃO DE CONTRIBUINTE DO REQUERENTE
- ☐ DECLARAÇÃO MÉDICA COMPROVATIVA DO TIPO E GRAU DE INCAPACIDADE
- ☐ DOCUMENTO OU FOTOCÓPIA AUTENTICADA COMPROVATIVO DA QUALIDADE DE REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA COM ACTIVIDADE LIMITADA

Reunião de 07.07/26
Doc.º Agendado com o
N.º 12

MOD. I
CONT.

PROCESSO N.º _____

- ☐ CÓPIA DOS ÚLTIMOS TRÊS RECIBOS DE VENCIMENTO OU PENSÃO
- ☐ CÓPIA DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO DE IRS OU DECLARAÇÃO EMITIDA PELA REPARTIÇÃO DE FINANÇAS RESPECTIVA
- ☐ COMPROVATIVO DE TITULARIDADE - CERTIDÃO DA DESCRIÇÃO E DE TODAS AS INSCRIÇÕES EM VIGOR EMITIDAS PELA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL OU SUA FOTOCÓPIA AUTENTICADA, REFERENTE AO PRÉDIO ABRANGIDO (10)
- ☐ CÓPIA DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO E DOS TRÊS ÚLTIMOS RECIBOS DE RENDA OU PAGAMENTO DA AMORTIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA
- ☐ FOTOCÓPIA AUTENTICADA DA ACTA DA ASSEMBLEIA DE CONDÓMINOS COM A ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS
- ☐ PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO (esc:1/2000 ou 1/1000) (11)
- ☐ PLANTA FRACÇÃO
- ☐ FOTOGRAFIAS A CORES DE ÂNGULOS OPOSTOS OU COMPLEMENTARES QUE PERMITAM A CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO A EXECUTAR

Sintra, _____ de _____ de 200__

Pede deferimento,

Reunião de 07/09/26
Doc.º Agendado com o
N.º 12

15

MOD. II

PROCESSO N.º _____

CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR (5)

NOME _____

MORADA _____

TEL. _____ E-MAIL _____

FREGUESIA _____

IDADE _____

SEXO _____

ESTADO CIVIL _____

ESCOLARIDADE _____

CONSTITUIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR:

Reunião de 04/07/26
Doct.º Agendado com o
N.º 12

NOME	PARENTESCO	IDADE	PROFISSÃO	VENCIMENTO LÍQUIDO

MOD. III

PROCESSO N.º _____

CARACTERIZAÇÃO DO HISTORIAL CLINICO E MOBILIDADE (5)

IDENTIFICAÇÃO DA ACTIVIDADE LIMITADA:

- ☐ Utilizador de cadeira de rodas ou pessoa com grave dificuldade de locomoção
- ☐ Portador de deficiência visual e/ou auditiva
- ☐ Portador de deficiência cognitiva grave
- ☐ Pessoa cuja actividade se encontre severamente condicionada em virtude de doença incapacitante. Qual? _____

AJUDAS TÉCNICAS QUE UTILIZA:

- ☐ Cadeira de rodas
- ☐ Canadianas
- ☐ Bengala / cão guia
- ☐ Outra Qual? _____

Reunião de 01/09/26
Doc.º Agendado com o
N.º 12



MOD. IV

PROCESSO N.º _____

CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO E FRACÇÃO (5)

NOME DO REQUERENTE _____

MORADA _____

TEL. _____

NOME DO PROPRIETÁRIO _____

MORADA _____

TEL. _____

LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO _____

DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO:

N.º DE PISOS _____

ÁREA COBERTA _____

N.º DE FRACÇÕES _____

ÁREA LIVRE _____

Reunião de 21.09.26
Doc.º Agendado com o
N.º 12

DESCRIÇÃO DAS FRACÇÕES:

IDENTIFICAÇÃO DOS FOGOS	NOME DO RESIDENTE	UTILIZAÇÃO	SITUAÇÃO CONTRATUAL	ÁREA ÚTIL	PERMI- LAGEM	RENDA ACTUAL (MENSAL)

EDIFÍCIO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL?

SIM _____

NÃO 18

**MOD. IV
CONT.**

PROCESSO N.º _____

INTERVENÇÃO SOLICITADA / DESCRIÇÃO DAS OBRAS A EFECTUAR

EXTERIORES E PARTES COMUNS

Espaço público	Rectificação de lancis	<input type="checkbox"/>
Acesso	Construção de rampas	<input type="checkbox"/>
Espaço comum	Construção de rampas	<input type="checkbox"/>
Acesso / Pavimento	Colocação de dispositivos mecânicos (elevadores, plataformas elevatórias ou outro equipamento adequado)	<input type="checkbox"/>
	Rectificação de pavimentos, com revestimentos que proporcione uma boa aderência	<input type="checkbox"/>
	Colocação de corrimãos e de barras	<input type="checkbox"/>
Espaço comum	Rectificação de botões de campainhas e de trincos com diferenciação táctil, seja em relevo, braille ou outra, com dispositivo luminoso	<input type="checkbox"/>
Comunicação/	Colocação de botões de comando e de chamada com diferenciação táctil, seja em relevo, braille ou outra, com dispositivo luminoso	<input type="checkbox"/>
Paredes/	Picagem / Execução de rebocos e pintura	<input type="checkbox"/>
Electricidade		
Espaço comum	Rectificação de vãos e portas	<input type="checkbox"/>
Vãos	Instalação de detectores volumétricos	<input type="checkbox"/>

OUTRAS INTERVENÇÕES: _____

Reunião de 07/09/26 19
Decret.º Agendado com o
N.º 12

MOD. IV
CONT.

PROCESSO N.º _____

INTERIORES DA FRACÇÃO

Vãos	Rectificação de vãos e portas	<input type="checkbox"/>
Pavimento	Rectificação de pavimentos, com revestimentos que proporcione uma boa aderência	<input type="checkbox"/>
Paredes / Electricidade / Águas	Rectificação de tomadas, interruptores de electricidade e torneiras	<input type="checkbox"/>
	Picagem / Execução de rebocos e pintura	<input type="checkbox"/>
WC	Rectificações nas instalações sanitárias, e colocação de sanitário	<input type="checkbox"/>
	Equipamento	<input type="checkbox"/>

OUTRAS INTERVENÇÕES: _____

Reunião de 01/09/26
Doct.º Agendado com o
N.º 12



MOD. V

PROCESSO N.º _____

DECLARAÇÃO / AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EXTERIORES E INTERIORES (5)

(1) _____
natural de _____, portador (a) do B.I. n.º _____
de ____ / ____ / ____ do Arquivo de _____, contribuinte n.º _____
, telefone _____ na qualidade de (2) _____
do andar _____ edifício sito (3) _____

e (1) _____
natural de _____, portador (a) do B.I. n.º _____
de ____ / ____ / ____ do Arquivo de _____, contribuinte n.º _____
, telefone _____ na qualidade de (2) _____
do andar _____ edifício sito (3) _____

e (1) _____
natural de _____, portador (a) do B.I. n.º _____
de ____ / ____ / ____ do Arquivo de _____, contribuinte n.º _____
, telefone _____ na qualidade de (2) _____
do andar _____ edifício sito (3) _____

objecto de candidatura ao Programa CASA ACESSÍVEL, com processo n.º _____ / _____

- autoriza a execução de obras no interiores da habitação;
- autoriza a execução de obras no exterior e partes comuns do edifício.

Sintra, _____ de _____ de 200__

Assinatura
Proprietário

Assinatura
Inquilino

Assinatura
Administrador do Condomínio

Reunião de 07/09/26 21
Decl.º Agendado com o
N.º 12

MOD VI

PROCESSO N.º _____

MEDIÇÕES E ORÇAMENTO (6)

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS	MEDIÇÕES						ORÇAMENTO	
	Partes	DIMENSÕES			QUANTIDADES		PREÇOS	
	Iguais	Comprimento	Largura	Altura	Parciais	Totais	Unitários	Totais
<u>Exteriores Espaço</u>								
<u>Público:</u>								
Lancis								
.								
Rampas								
.								
.								
<u>Exteriores e interiores</u>								
<u>Espaço comum:</u>								
Rampas								
.								
.								
Fachada / Paredes								
.								
Pavimentos								
.								
Vãos								
.								
Serralharia								
.								
Electricidade								
.								
Pinturas								
.								
Colocação de equipamento								
.								
Diversos								
.								
.								

22

Feito de 07/09/26
Ass.º Agendada com o
N.º 12



PROCESSO N.º _____

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS	MEDIÇÕES						ORÇAMENTO	
	Partes Iguais	DIMENSÕES			QUANTIDADES		PREÇOS	
		Comprimento	Largura	Altura	Parciais	Totais	Unitários	Totais
<u>Interiores da fracção:</u>								
Paredes								
.								
Pavimentos								
.								
Vãos								
.								
Serralharia								
.								
Electricidade								
.								
Pinturas								
.								
Águas e Esgotos								
.								
Colocação de equipamento								
.								
Diversos								
.								
.								

Reunião de	07/09/26
Doc.º Agendado com o	
N.º	12

23

MOD VI
CONT.

PROCESSO N.º _____

RESUMO DO ORÇAMENTO DA INTERVENÇÃO

EXTERIORES ESPAÇO PÚBLICO : subtotal _____
 IVA 5% _____
 TOTAL _____

PARTES COMUNS EXTERIORES E subtotal _____
INTERIORES: IVA 5% _____
 TOTAL _____

INTERIOR DO FOGO : subtotal _____
 IVA 5% _____
 TOTAL _____

TOTAL DAS OBRAS NO EXTERIOR ESPAÇO PÚBLICO COM IVA : _____

TOTAL DAS OBRAS NO EXTERIOR E INTERIOR PARTES COMUNS COM IVA : _____

TOTAL DAS OBRAS INTERIORES DA FRACÇÃO COM IVA : _____

TOTAL DO ORÇAMENTO COM IVA : _____

Reunião de 07.09/26
Doc.º Agendado com o
N.º 12



PROCESSO N.º

CALENDARIZAÇÃO DA OBRA A EXECUTAR NO EDIFÍCIO SITO _____ (7)

[illegible]

Reunião de 07/09/26
Doc.º Agendado com o
N.º 12

25'

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

ASSUNTO: : Intervenção no Âmbito do Programa CASA ACESSÍVEL (8)

Serve o presente para informar V. Exa. que o pedido formulado no âmbito do Programa Casa Acessível, foi avaliado pela equipa afecta ao programa tendo sido decidido que a Câmara intervém tendo em conta os seguintes parâmetros:

1. o custo da obra foi orçamentado em.....€;
2. de acordo com o rendimento per capita do seu agregado familiar e a tabela de comparticipação definida no programa, o munícipe encontra-se noescalão pelo que terá de pagar% do custo da obra cabendo à Câmara o restante;

No prazo de 10 dias úteis, o munícipe deverá pronunciar-se, por escrito, sobre os parâmetros definidos, devendo o pagamento ser efectuado no início da obra, nas instalações da repartição de Tesouraria da Câmara, mediante guia de pagamento.

Com os melhores cumprimentos.

O Vereador

DIVISÃO DE SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL
Rua Dr. Álvaro de Vasconcelos – Lote 2 -1º - Portela de Sintra – 2710-420 Sintra
Tel.: 219236007/8 Fax: 219236038
E-mail: dsas@cm-sintra.pt

Reunião de 07/09/26
Doc.º Agendado com o
N.º 12

DECLARAÇÃO DE FINAL DE OBRA (9)

Para os devidos efeitos declara-se que no dia..... dede 200....., no local onde foram executados os trabalhos, compareceu o Técnicoda Divisão.....desta Câmara Municipal para proceder, na presença do proprietário/ arrendatário , ao exame e vistoria de todos os trabalhos executados, nos termos do programa CASA ACESSÍVEL , tendo deliberado considerar a obra em condições de ser recebida.

E nada mais havendo a tratar, foi redigida a presente declaração que vai ser assinada pelos presentes.



INSTRUÇÕES GERAIS

1. Identificação do Requerente

- a) Pessoa Singular - Nome, B.I., N.º de Contribuinte, Naturalidade, Residência, Telefone e E-Mail
- b) Pessoa Colectiva - Firma, N.º de Pessoa Colectiva, Sede, Telefone, Fax e E-Mail

2. Qualidade do Requerente, Proprietários e Administrador do Condomínio

- a) Proprietário (desde que seja senhorio)
- b) Comproprietário (desde que seja senhorio, deverá juntar procuração dos restantes comproprietários nos termos legais, caso não possua quota maioritária)
- c) Administrador (deverá juntar a acta da Assembleia de Condóminos, a aprovação de candidatura ao Programa CASA ACESSÍVEL e autorização do recebimento das participações sempre com concordância do condómino/senhorio)
- d) Senhorio
- e) Procurador ou representante legal (devendo juntar documento comprovativo)
- f) Inquilino.

3. Localização do edifício.

4. N.º constante da caderneta predial referente ao edifício.

5. Preencher modelo / minuta em anexo.

6. Descrição dos trabalhos a realizar de e orçamento conforme modelo apresentado em anexo, a preencher pela equipa técnica da Câmara.

7. Apresentar mapa de fases de trabalho e respectiva duração conforme minuta em anexo, a preencher pela equipa técnica da Câmara.

8. Comunicação da Câmara a informar da aprovação do processo, a preencher pela equipa técnica da Câmara.

9. Declaração do Final de Obra a preencher por um elemento da equipa técnica da Câmara e pelo requerente.

10. Comprovativo de titularidade, Certidão actualizada da descrição predial do imóvel e:

- Modelo 2 do IRS (para pessoa singular) - Documento anexo à declaração do IRS apresentado anualmente pelo(s) senhorio(s) na Repartição de Finanças, no qual se declaram os rendimentos prediais havidos. É necessário entregar este documento respeitante ao último ano fiscal. Caso a transmissão da propriedade tenha ocorrido após a entrega do IRS relativo ao último ano fiscal, deverá ser junto o documento comprovativo desta transmissão. Entregar também certidão actualizada da descrição predial do imóvel e inscrições em vigor ou documento que comprove a titularidade do imóvel.
- Modelo 22 (para pessoas colectiva) - Documento entregue anualmente pelo senhorio enquanto pessoa colectiva, para efeito do IRC na Repartição de Finanças. Este documento vai fazer prova dos rendimentos prediais recebidos. É necessário entregar este documento respeitante aos dois últimos anos fiscais. Caso a transmissão da propriedade tenha ocorrido após a entrega do IRC relativo ao último ano fiscal, deverá ser junto documento comprovativo desta transmissão. Entregar também certidão actualizada da descrição predial do imóvel e inscrições em vigor ou documento que comprove a titularidade do imóvel.

11. Plantas a serem facultadas pela Câmara,

Reunião de 07/09/26
Doc.º Agendado com o
N.º 12